

O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local

Mariluce Paes-de-Souza

Doutora. Professora Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do CEDSA/UNIR. admunir2106@yahoo.com.br

Tania Nunes da Silva

Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS

Eugênio Ávila Pedrozo

Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS.

Theophilo Alves de Souza Filho

Doutor. Professor Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia

Resumo

Este artigo descreve a cadeia produtiva do produto florestal não-madeirável (PFNM) açaí nativo e apresenta uma proposição de organização. O estudo abrangeu vários Municípios do Estado de Rondônia. Como resultado, depreende-se que do açaí nativo derivam-se produtos alimentícios, fármacos, energéticos, de caráter local, para exportação e consumo global, com potencial de prática de *fair trade* pela coleta do fruto ser uma atividade extrativista de populações ribeirinhas. A região pesquisada dispõe de logística de transporte, mercado consumidor e facilidade de interação. Comercializa-se em indústrias como matéria prima ou *in natura* no comércio local. Propõem-se um arranjo organizacional para fortalecer a cadeia produtiva extrativista, baseado na lógica de cadeia e de redes, sendo uma organização moldada em organizações de natureza social, com alternativa de *fair trade* e regularização de beneficiamento e comércio.

Palavras-chave: Açaí Nativo, cadeia, rede, organizações sociais, PFNM, Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

Os Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs) são oriundos de recursos disponíveis em florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações. Incluem-se também, neste grupo, as plantas medicinais e de uso alimentício, como: frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para a fabricação de artesanato. A floresta amazônica é a maior fonte mundial de fornecimento desses produtos.

Várias Comunidades dos Estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, Amapá, Acre - todos que compõem a Amazônia, sobrevivem dos PFMNs como fonte de subsistência, mas, os PFMNs têm, também, grande importância para a economia tradicional local e regional. Destacam-se, adicionalmente, o legado cultural, as práticas espirituais locais, que fornece elementos para os folclores, além de proporcionar àquelas comunidades recursos de grande diversidade e de servir de recurso importante para a

população local, desde alimentar até como abrigo, proporcionando, ainda, seu uso como remédios para curas de endemias.

No entanto, as publicações sobre a aplicação e manejo deste produto ainda não são representativas, dificultando a avaliação desses produtos, além das comunidades produtoras utilizarem o produto no sistema de troca ou escambo, favorecendo a economia informal. Desta forma, torna-se necessário que outras análises sejam efetuadas, visando identificar que mercados podem ser explorados, qual a forma e tipo de organização podem criar e apropriar valor a este produto (IAG, 2005).

Pastore Júnior e Borges (1998) afirmam que, no Brasil, o setor de PFNMs não é regulamentado; e que em termos de planejamento, coordenação e gestão dos interesses econômicos dos coletores, produtores e exportadores o setor é desassistido pelas agências governamentais de fomento. A cadeia produtiva não responde aos sinais do mercado, favorecendo com que os atravessadores determinem o preço de venda, omitindo para os extratores as informações sobre o mercado.

Considerando a pesquisa realizada, a cadeia produtiva do Açaí em Rondônia é recente e incompleta. São incipientes os acessos à informação e ao crédito, bem como à capacitação gerencial das populações locais e pequenos produtores. No entanto, contribui para a geração de renda e bem estar de famílias de baixa renda, que funcionam como fornecedores do açaí, geralmente aos intermediários da cadeia.

No que concerne ao ambiente para a inovação, deve-se considerar a premissa básica da economia como estudo dos recursos escassos e sua atribuição. A inovação institucional, científica e tecnológica, nesse contexto, parece ser algo que a sociedade tem como valor e percebe antes que os recursos sejam alocados no processo (SRINIVAS; SUTZ, 2008).

Embora os produtos florestais não-madeiráveis sejam pouco significativos no contexto econômico geral, são imprescindíveis para sobrevivência das populações tradicionais e agroextrativistas. Mesmo significando uma renda baixa, têm a função de preservar as florestas da Amazônia, possibilitando diversificada fonte alimentar aos seus habitantes, enquanto detêm potencial de mercado, interno e externo. Após a demonstração da importância social e econômica do produto açaí nativo, busca-se responder aos questionamentos: ao descrever a cadeia produtiva do produto florestal açaí nativo na perspectiva de *filière*, que relações podem-se encontrar entre seus atores? Qual a estratégia para potencializar a exploração local do PFNM Açaí Nativo?

O presente artigo tem como objetivo descrever a cadeia produtiva do produto florestal açaí nativo, apresentando proposição de estratégias para potencializar a exploração local. Consiste em um estudo exploratório da cadeia produtiva do açaí nativo, parte de uma pesquisa sobre vários PFNMs. A pesquisa foi realizada, no ano de 2010, nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Machadinho D'Oeste, Ariquemes e Costa Marques, no Estado de Rondônia. Realizou-se entrevistas estruturadas com uso de formulários como roteiros e visitas as comunidades. A partir dos dados obtidos, com base na revisão de literatura e dados secundários, foi possível descrever a cadeia produtiva e proceder à análise partindo-se dos preceitos de uma *filière*.

Evidencia-se nos resultados o desenho da cadeia e a partir da análise, como se encontram as relações interorganizacionais, em diversos aspectos, as quais vão desde a falta de organização social, para coordenar e conduzir processos de produção, até a comercialização. Observa-se ainda, a falta de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo social ou coletivo e de valorização da produção dos PFNMs, dificultando a implementação de ações que visem a consolidação e fortalecimento de organizações locais.

2 Referencial Teórico

Para nortear teoricamente este estudo buscou-se um referencial que promova o entendimento sobre o Produto da Floresta Açai Nativo; Produtos Florestais não madeiráveis – PFNMs; Aspectos de *Filière*; *Redes e Organizações Sustentáveis*.

Considerando a natureza da pesquisa e sua relação com o meio natural, destaca-se a definição de sustentabilidade, recorrendo a Ehlers (1996) que refere-se ao uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais, segundo sua capacidade em um espaço geográfico, para obter bens e serviços diretos e indiretos da agricultura e dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras. O valor presente dos bens e serviços deve representar mais que o valor das externalidades e dos insumos incorporados, melhorando ou pelo menos mantendo de forma indefinida a produtividade do ambiente biofísico e social. Além disso, o valor presente deve estar equitativamente distribuído entre os participantes do processo.

2.1 O Açaizeiro - Euterpe Olerácea

O açaizeiro é uma palmeira que recebe o nome científico de Euterpe Olerácea e pertence à ordem dos *Arecales*, gênero *Euterpe* da família *Palmae*. É uma palmeira nativa da Amazônia, concentrando-se nas áreas de várzeas e planas, em baixadas de formação recente às margens dos Rios Madeira, Amazonas e afluentes, conhecidas como várzeas: alta, baixa e igapó.

Para Pouillet (1998), o açaí é um produto importante na dieta alimentar e cultural da população da Amazônia. Rogez (2000) contribui dizendo que o açaizeiro é uma palmeira das mais produtivas do ecossistema que abriga a população tradicional da Amazônia, pois além de ser um alimento muito nutritivo pode fornecer matéria prima para remédios, corantes, artesanatos e, ainda, se extirpada, fornecer até madeira para construções rurais, palha para coberturas e outros. Como fonte de alimentos oferece o fruto, de onde é extraído o suco ou vinho do açaí, como é conhecido na Amazônia. É em função desta múltipla utilidade que o açaí tem importante papel para as populações tradicionais da Amazônia.

Comumente são comercializados dois tipos de frutos do açaizeiro: o preto que pode ser encontrado nos solos úmidos, conhecidos na Amazônia como igapós e várzeas, áreas invadidas pelas águas dos rios. Para Nogueira et al. (1995) o açaizeiro é muito versátil e sobrevive nos solos pouco aerados, graças às raízes adaptadas, e Rogez (2000)

complementa dizendo que a palmeira absorve os minerais necessários devido ao número de raízes que processam um grande volume de terra. Com coloração arroxeada, é o mais comum, o mais consumido e o mais resistente ao ataque de pragas.

O açaí Branco - tem coloração verde, quando maduro e é menos conhecido, apresenta pequena diferença de sabor e tem grande procura no mercado. Rogez (2000) supõe tratar-se de albinismo, uma vez que o cultivo da variedade não é possível por produtores.

Os frutos surgem após o terceiro ano de plantio quando as inflorescências, chamadas de espádice, crescem da base da bainha das folhas, as quais surgem após a queda da folha, abaixo da região colunar, no que a população ribeirinha chama de "axila" das folhas; e com o amadurecimento dos frutos a angulação da espádice altera em relação ao tronco, e neste estágio, esta é denominada de *cacho*, também chamado de *vassoura*, pelos coletores. Em média, cada planta produz de três a oito inflorescências, cada uma dá origem a um cacho com centenas de frutos, os quais pesam em média 4 kg, (FÚRIA, 1993; ROGEZ, 2000).

O açaizeiro é uma árvore que pode chegar a atingir até 30 metros de altura e que prefere áreas úmidas, fato que faz com que a mesma cresça nas margens dos rios. O Brasil é o grande produtor mundial de açaí, responsável por 85% da oferta mundial (NOGUEIRA, 2006). O interesse pela implementação da produção de frutos tem se dado pelo fato do açaí, antes destinado totalmente ao consumo local, ter conquistado novos mercados e se tornado em importante fonte de renda e de emprego (NOGUEIRA, 2006). A demanda pelo açaí fora da região vem aumentando, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiás e na Região Nordeste. No Rio de Janeiro, o açaí é oferecido nas praias e se tornou muito popular entre os adeptos da "cultura da saúde" e entre os frequentadores de academias.

2.2 Produtos Florestais Não-Madeireiráveis (PFNMs) da Amazônia

Shanley, Pierce e Larird (2005) classificam os PFMNs como recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações e incluem plantas medicinais e de uso alimentício, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para fabricação de artesanato.

A extração de produtos não madeireiros é uma atividade fundamental para os moradores da região, que valorizam a floresta por preservá-la em pé, pois a exploração madeireira contribui para a erosão genética das espécies de maior valor comercial, o que compromete o aproveitamento futuro, posicionam-se Souza e Silva (2002). Fiedler, Soares e Silva (2008) afirmam que nos últimos anos, houve um crescente interesse pelos PFMNs. Há um entendimento melhor sobre a economia das florestas naturais e seus recursos biológicos, e em função disso vêm assumindo papel de destaque, pois se apresentam como fonte alternativa de renda possuindo potencial de incentivo econômico para frear a devastação das florestas.

Pode-se dizer que o sistema econômico vigente na região amazônica não valoriza a diversidade dos inúmeros ecossistemas, uma vez que a Amazônia tem sido considerada nos planos governamentais do Brasil como um sistema natural, homogêneo. Gama (2005)

aponta as dificuldades de acesso às áreas dos PFMNs sendo um dos principais entraves para a retirada a granel desses produtos da floresta. May e Motta (1994) alertaram para realidades semelhantes e destacaram que um PFMN para ser comercializado precisa apresentar alto valor agregado e isso está relacionado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o local onde ocorre a extração.

Quanto à estratégia de industrialização, depreende-se a partir de Pastore Júnior e Borges (1998) que agregar valor aos produtos e criar fontes de trabalho permite a retenção de valor do PFMN no país. Porém, no caso dessa cadeia produtiva no Brasil o processamento final é pouco praticado, o que é atribuído à falta de tecnologia, mão de obra qualificada, e ainda, a falta de direcionamento de políticas públicas para o setor.

A análise de *filière* permite, para produtos convencionais, essa articulação entre as características técnicas de um produto ou processos operacionais, com análises econômicas e estratégias, percorrendo-se os vários elos de uma cadeia que vai desde os insumos e a produção até chegar ao consumidor.

2.3 Aspectos de *Filière*

A análise de *filière* pode promover uma visão global do sistema de produção e das suas relações, evidenciando as articulações entre os agentes privados, o poder público e os desejos e necessidades dos consumidores dos produtos finais da cadeia.

Recorrendo-se ao entendimento de cadeias produtivas convencionais, vê-se que Morvan (1985) *apud* Zylbersztajn, (1995) define cadeia produtiva como sendo uma sequência de atividades que conduzem à produção de bens. Sua articulação é fortemente influenciada pelas possibilidades tecnológicas e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização de seus retornos. As relações existentes entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e estas são determinadas por forças hierárquicas. Considerando que em diferentes níveis de análise, a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação, verifica-se que Batalha (1997, p. 26) e Zylbersztajn (1995) tratam a análise de *filière* como sendo também análise de cadeias.

Desta forma, a partir do entendimento desses autores, pode-se dizer que *filière* é uma ferramenta utilizada para descrever as relações do interior da cadeia de produção, desde o fornecimento de matéria-prima (produção) até o consumidor final. No presente artigo os termos *filière* e cadeia de produção serão usados indistintamente.

O surgimento da noção de *filière*, na década de 1960, na França, parte do reconhecimento que no decorrer da produção de um determinado produto, ocorrem diversas relações entre agentes econômicos situados em diferentes estágios da cadeia de produção. Estas auxiliam na descrição e explicação da estrutura e do funcionamento de uma atividade econômica (CARVALHO JÚNIOR, 1995).

De acordo com Labonne (1985) a noção de *filière* divide o sistema de produção em três subsistemas: 1) a produção – compreende as entradas e saídas na indústria e na produção agrícola; 2) a transferência – refere-se a transformação industrial; e 3) o armazenamento e consumo, que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais. O

subsistema de transferência é considerado o setor mais heterogêneo, pela complexidade das funções (processamento, distribuição, transporte), com a utilização de técnicas tradicionais até as mais sofisticadas e modernas.

Importante destacar que cada *filière* concentra uma pluralidade de atores, de estratégias e de dinâmicas que produzem uma diversidade de dispositivos e de formas de regulação, que são coordenadas pelas grandes (firmas?), cujos objetivos são a competitividade e a geração de lucros. A presença de dominação e subordinação no interior das *filières* provoca desigualdades quanto à participação na divisão do produto social. Desta forma, a subordinação é acompanhada por uma participação em menor grau ou mesmo pela pobreza, o que leva a ideia de que em uma economia fundada na competitividade, o não competitivo é excluído, ou seja, a massa de produtores e de consumidores considerados não competitivos (FÀVERO, 1996).

2.4 Cadeia Produtiva Solidária e Organizações Sustentáveis

Partindo da análise de *filière* e considerando as características da região Amazônica, das comunidades e dos PFMNs pode-se visualizar a possibilidade de fomentar uma Cadeia Produtiva Solidária (CPS) que consiste em uma articulação em rede. Compõe-se de um conjunto de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que se organizam, em torno da elaboração de um produto final, envolvendo a produção de seus insumos e serviços. As várias etapas necessárias para a transformação do produto, que envolve produção, distribuição e comercialização é realizado por empreendimentos econômicos solidários.

Os empreendimentos partem das organizações sociais, associações e cooperativas e operam de acordo com os princípios da economia solidária, de maneira democrática, solidária e justa, tanto na organização interna quanto no relacionamento interorganizacional. Após a comercialização desses bens ou serviços, obtém-se um valor excedente. Nos empreendimentos solidários essa riqueza gerada é repartida, na medida em que, as pessoas podem comprar os produtos ou serviços das redes em cadeias produtivas (METELLO, 2007).

Além das relações econômicas, os empreendimentos participantes da CPS devem manter uma relação de solidariedade entre si, buscando o desenvolvimento de todos os elos. Essa lógica da ajuda mútua é importância para a sobrevivência da Cadeia Produtiva Solidária. Mance (2001) diz que as cadeias produtivas solidárias podem ser formadas com EES já operantes ou que passem a existir a partir do aquecimento da cadeia, por demanda interna, onde os empreendimentos atuam de forma a se complementarem, remetendo ao conceito de redes.

Lowe, Murdoch, Ward (1995) entendem que Redes de Desenvolvimento Rural são processos de mudança rural e não devem ser vistos como determinados unicamente pelas forças presentes na globalização do sistema alimentar, e que seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Neste sentido, Lowe, Murdoch e War (1995), propõem uma noção de rede em que se dá ênfase à necessidade de relacionar duas dimensões: a espacial e a social, sempre levando

em consideração as relações de poder. Segundo os referidos autores, as relações sociais entre os agentes locais e não locais seriam mais importantes que pertencer ou não a um dado território. A partir desta discussão é notável que exista uma preocupação em como identificar e assim caracterizar um tipo de rede, e o ambiente de relações que ali estão envolvidas. Aprofundando o conceito sobre a utilização de rede, os autores salientam não mais uma visão geral do que se trata rede e sim do nível mais intermediário da rede. Este é o nível que se tem contato direto com a agricultura, configurando então determinados padrões de articulações dos atores locais e não locais em processo de desenvolvimento.

As estratégias de desenvolvimento rural são pensadas a partir do fortalecimento das atividades agrícolas e não-agrícolas. Geralmente as regiões de sucesso devem ter uma maneira de agregar inovação aos elementos sociais e naturais. A ênfase na inovação indica que as associações ou redes mais apropriadas não são apenas amálgamas de arranjos institucionais pré-existentes mas, sim, aqueles que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico.

Partindo destas perspectivas teóricas, o estudo da cadeia produtiva do açaí nativo foi orientado, tanto para sua descrição como para a apresentação de proposições visando à melhoria da exploração local.

3 Método

Na perspectiva descritivo-analítica, a pesquisa ocorreu a partir da teoria para o campo empírico e com procedimento de análise de retorno do campo para a teoria. Para coleta dos dados secundários utilizou-se diversas fontes, como: banco de dados oficiais, dados gerados pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFORO), IBGE, IBAMA, SEDAM, ICMBio, Grupos de Pesquisas sobre a biodiversidade regional e outras instituições governamentais e não-governamentais.

Quanto aos dados primários foram estruturados 6 (seis) formulários, com questões abertas e fechadas direcionadas aos diversos segmentos da cadeia: extrativistas, intermediários, indústria, varejo, organizações e consumo. Além das entrevistas, a pesquisa de campo incluiu visitas às comunidades e propriedades. Os municípios pesquisados foram: Ariquemes, Porto Velho, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Machadinho D'Oeste e Costa Marques. No entanto, foi no Município de Porto Velho, região do Médio e Baixo Rio Madeira, onde se encontra a exploração do açaí nativo, organizada uma expedição de 4 (quatro) dias, com visitas em 8 (oito) comunidades. A pesquisa foi realizada em 2010.

5 Discussão e Análise de Dados

5.1 Descrição da Cadeia Produtiva Extrativista do Açaí Nativo

A cadeia produtiva extrativista do açaí nativo é constituída por diversos segmentos, dentre eles as chamadas áreas de produção, onde estão localizadas as florestas, áreas da união, indígenas, privadas. Estas vão desde os fornecedores de insumos, coletores, intermediários, indústria de transformação, comércio, consumidor, e estão inseridos em um ambiente institucional. São regidas pelas leis de mercado, mesmo em situação

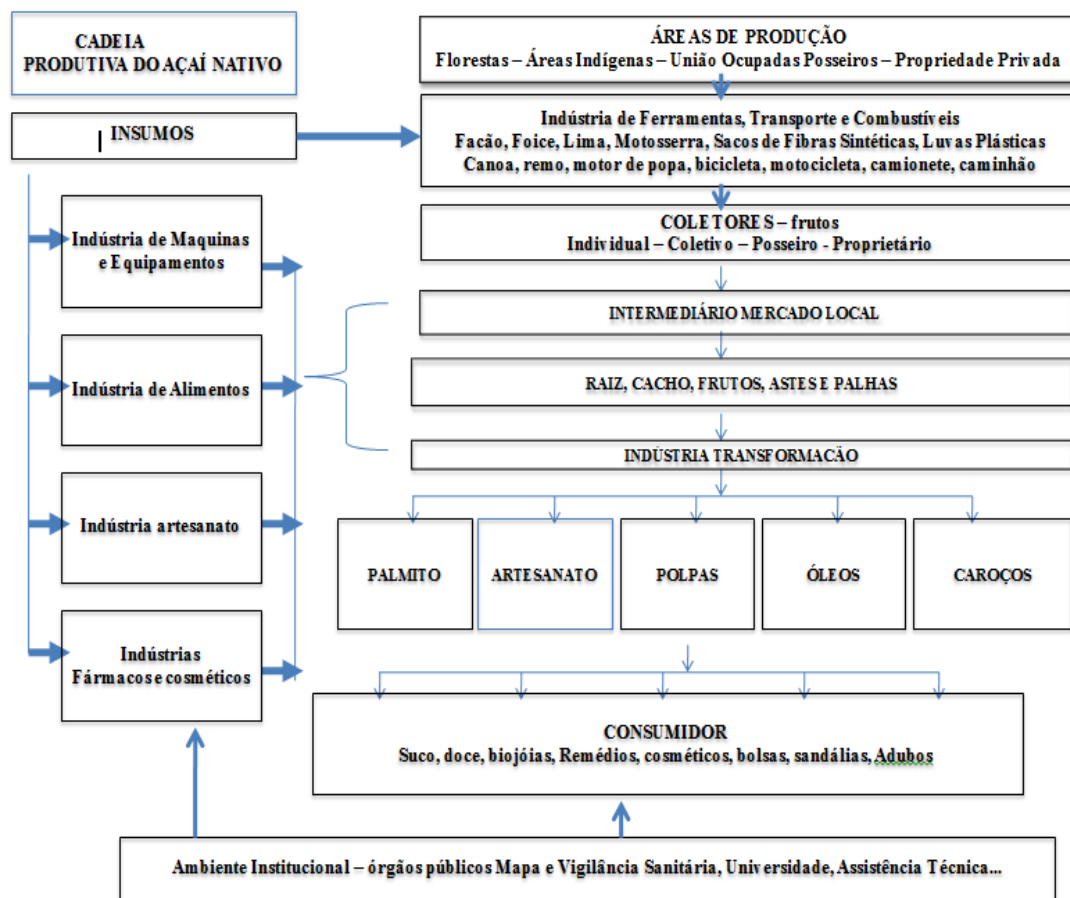
desfavorável, desenvolvendo suas funções e relações comerciais, que considera o fluxo de capital, as transações que implicam em custos, parcerias, bem como todas as outras atividades típicas de uma cadeia produtiva.

A cadeia produtiva do açaí em Rondônia apresenta vários gargalos, situações que dificultam a produção e a inserção de novos empreendimentos. Algumas das dificuldades estão relacionadas ao espaço geográfico da região, em função da localização, distância, transporte, organização social e comercial; e à falta de gerenciamento ou mesmo à pouca habilidade na gestão com uso de novas tecnologias.

As potencialidades dos frutos do açaizeiro são diversas, dos quais é possível extrair vinho e polpa. Com o açaí são fabricados sorvetes, licores, doces, néctares e geleias, podendo ser aproveitado, também, para a extração de corantes e antocianina. Do caroço podem ser produzidos mudas, carvão, combustíveis e matéria-prima para a indústria automobilística; dos resíduos do caroço podem ser produzidos etanol, fertilizantes, farelo e adubos, conforme figura 1.

A presença de associações e cooperativas como formas de organização coletiva, auxilia no desenvolvimento das cadeias produtivas, aumentando a capacidade de organização e de gestão, para garantir a sustentabilidade e a equidade nas relações.

Figura 1 – Desenho da Cadeia Produtiva Extrativista do Açaí Nativo.



Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

Na região Amazônica, o ambiente institucional tem regras que regem a produção, extração e a comercialização de produtos, mas essas políticas não têm sido efetivas, segundo o IAG (2005), devido às deficiências dos movimentos sociais nas articulações em relação ao mercado. O mesmo documento chama atenção para fatores relacionados às questões legais fundiárias, crédito, assistência técnica, acesso a mercados, comercialização, gestão e administração, acesso a mercados, comércio e marketing que afetam o desenvolvimento pleno dos negócios e das cadeias produtivas.

Para Bista e Webb (2006) é possível que a presença de instituições voltadas à melhoria dos meios de subsistência pode estimular a instalação de estruturas de beneficiamento, podendo ter como estratégia a criação de condições que gerem novos conhecimentos a partir de experiências de outras regiões, fomentando a organização coletiva voltada à sustentabilidade de produtos florestais não madeireiros.

Conforme relato dos produtores, confirma-se o que foi mencionado por Fávero (1996): a subordinação e a dominação dos menos competitivos, provocando desigualdades e exploração. Observou-se que os produtores estão desarticulados quanto a organização social, embora sejam inúmeras as associações. Porém, são embrionárias as iniciativas de cooperativas na região para coordenar e organizar o processo de produção, transferência e comercialização - o que deixa os produtores mais vulneráveis. Os problemas expostos pelos produtores reforçam a falta de políticas públicas de apoio e valorização da produção dos PFNMs, seja por meio de financiamentos de novas tecnologias que coloquem os pequenos produtores em condições de competitividade; ou por falta apoio ao empreendedorismo coletivo e social com vistas à consolidação e fortalecimento de organizações locais (cooperativas, associações, empresas sociais, ONGs);

5.2 Possibilidades de Desenvolvimento Sustentável da Filière do Açaí entre os PFNMs

Em se tratando dos PFNMs, o ambiente para a inovação deve considerar a premissa básica da economia como estudo dos recursos escassos e sua atribuição. A inovação institucional, científica e tecnológica, nesse contexto, parece ser algo que a sociedade tem como valor e percebe antes que os recursos sejam alocados no processo (SRINIVAS; SUTZ, 2008).

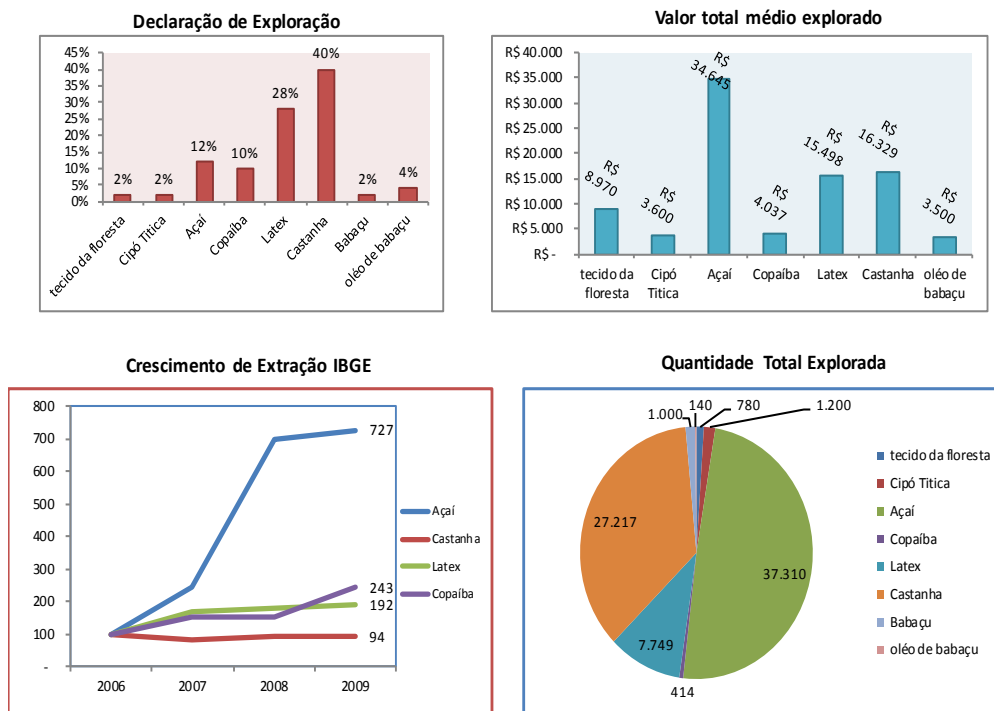
Avaliando os dados apresentados na figura 2, a qual demonstra um comparativo entre 4 variáveis: declaração de exploração, valor em reais médio explorado, quantidade total explorada, dados da pesquisa, e o crescimento de extração mensurado pelo IBGE, observa-se que a filière do açaí apresenta significativa diferença em relação a outros PFNMs como: a castanha-da-amazônia, cipó titica, látex, copaíba e babaçu.

A matéria-prima existe como está demonstrado na figura 2, mas os produtores não possuem conhecimentos e recursos necessários para o beneficiamento. Segundo relato dos produtores, os problemas enfrentados são muitos, vão das questões relacionadas legalização da terra ao conhecimento sobre gestão; do acesso a mercados e comércio e

marketing a falta de infraestrutura de extração; da disponibilização de escolas ao direito a saúde. O custo do transporte muitas vezes é maior do que o preço da venda do produto.

Os resultados observados na figura 2 demonstram que somente 12% dos entrevistados declararam explorar o açaí, contra 40% da castanha e 28% do látex, embora os coletores sejam em menor número verifica-se que a quantidade total explorada e o valor médio obtido com o produto são significativamente superiores. Isto demonstra a expressiva superioridade do açaí frente a outros importantes PFNMs, no entanto, o crescimento de extração apontado pelo IBGE no período de 2006 a 2009, mostra que o açaí cresceu mais de 700% em 4 anos. Entende-se que esta é uma posição diferenciada de um produto nativo que fornece matéria prima a partir de um recurso renovável e, por isso, precisa ser bem mais valorizado.

Figura 2 – Posição diferenciada do produto açaí frente a outros PFNMs.



Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

A matéria-prima existe como está demonstrado na figura 2, mas os produtores não possuem conhecimentos e recursos necessários para o beneficiamento. Segundo relato dos produtores, os problemas enfrentados são muitos, vão das questões relacionadas à legalização da terra ao conhecimento sobre gestão; do acesso a mercados, comércio e marketing à falta de infraestrutura de extração; da disponibilização de escolas ao direito à saúde. O custo do transporte muitas vezes é maior do que o preço da venda do produto.

Segundo Yunus; Moingeon; Lehmann-Ortega (2010), as empresas sociais são uma alternativa viável para integrar as organizações sociais voltadas ao bem estar comunitário.

Nesse sentido, inserem-se as cooperativas já existentes, como se pode observar a seguir, configurando-se numa rede de empreendimentos comunitários que possam potencializar a produção local com o mínimo de agregação de valor ao produto do açaí nativo. No entanto, para garantir a sustentabilidade do negócio social, o apoio governamental e da iniciativa privada e o engajamento dos diversos *stakeholders* parece ser fator fundamental, pois permite a formação e a reprodução de significados, entendimentos compartilhados e redução de riscos.

5.3 Proposição de Estratégias para potencializar a Exploração Local

Propõe-se fomentar um arranjo produtivo extrativista com a criação de uma Rede de Empreendimentos Comunitários, composta por todos os empreendimentos solidários, como associações de produtores e coletores, pescadores, cooperativas e grupos de trabalhos. Pois estes precisam de alternativas para melhores meios de produção, transporte e comercialização de seus produtos, e ainda, de forma a desenvolver competências em organização social, convívio comunitário e solidário.

A Rede de Empreendimentos Comunitários visa favorecer a descentralização e compartilhamento das decisões entre os gestores da cooperativa e das associações, quando todos se beneficiariam da sinergia gerada pelas relações produtivas e comerciais intraorganizações, como pela possibilidade de obter apoio de *stakeholders* privados e públicos.

Entende-se que para se obter a sinergia por parte dos empreendimentos, faz-se necessário estabelecer alguns critérios que garantam a sustentabilidade da Rede, por meio de mecanismos de gestão como governança. O processo de articulação pode tornar-se difícil pela falta de comprometimento e sustentabilidade dos atores envolvidos, ocasionando desconfiança e desarticulação da Rede. A criação de um Conselho que possa exercer a governança para a Rede, denominado de Conselho de Organizações Públicas e Privadas de Empreendimentos Ribeirinhos Associados - COOPERA, o qual exerceria a sua governança. Sabe-se que o estímulo ao desenvolvimento não é papel meramente do Governo ou das autoridades locais instituídas, mas sim, de todos os atores envolvidos, como por exemplo: instituições públicas e privadas, organismos não governamentais, cidadãos, terceiro setor e outros.

As políticas de governança devem estabelecer os critérios a serem estabelecidos, os quais fortalecerão as relações da Rede e as interações dos mecanismos de desenvolvimento existentes na região. Governança para EURADA (2003, p.1) consiste na habilidade de todos os atores da Rede concordar a respeito de uma única visão para o desenvolvimento em que suas habilidades e empreendimentos compartilham os investimentos, finanças e recursos humanos para realizar alcance de seus objetivos.

O Conselho proposto no exercício da coordenação – governança da Rede, também pode ser considerada como um processo contínuo pelo qual os conflitos estão regulados e a cooperação pode ser resolvida. O processo de coordenação compreende a constituição de conselho formal capaz de reforçar as relações interorganizacionais e compreender acordos

informais que empreendimentos e instituições estabelecem na proteção de seus interesses (OUR GLOBAL NEIGHBOURHOOD *apud* MILANI, 1999, p.102).

6 Considerações Finais

A escassez percebida dos diferentes tipos de recursos para a produção, comercialização e distribuição do produto açaí nativo e os demais PFNMs, deve ser combatida, pois trata-se de um obstáculo para a inovação e o desenvolvimento, podendo inibir a criatividade e a aprendizagem, levando os trabalhadores a tornarem-se incapazes para o uso do conhecimento existente. Impossibilitado de enfrentar as necessidades e abordar os problemas de forma diferente, entende-se que este setor merece atenção, que devem ser criadas políticas públicas direcionadas às necessidades da região e que seja fomentada a proposição de criação de rede de empreendimentos comunitários visando a integração e a superação das dificuldades, e como um mecanismo em busca de soluções.

Referências

- BATALHA, Mário Otávio. Sistemas Agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas. 1997.
- BISTA, Sagun; WEBB, Edward L. Collection and marketing of non-timber forest products in the far western hills of Nepal. *Environmental Conservation*, vol. 33, p. 244–255, 2006. Foundation for Environmental Conservation.
- CARVALHO JÚNIOR, Luiz Carlos de. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. *Textos de Economia*, Florianópolis - SC, v. 6, n. 1, p. 109-116, 1995.
- EHLERS, E. M. Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p
- FIEDLER, Nilton César; SOARES, Thelma Shirlen; SILVA, Gilson Fernandes da. Extração de produtos florestais não madeireiros: Importância e manejo sustentável da floresta. *Revista Ciências Exatas e Naturais*, Vol.10, nº. 2, Jul/Dez 2008.
- FÚRIA L. R. R. Características e usos do Açaí (Euterpe Olerácea). In (org.), Encontro Sobre Produção de Palmito. Piracicaba-SP. 1993;
- GAMA, M. M. B. Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia. 2005. Disponível em:<<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=299>>. Acesso em: 08 de Fev. de 2011.
- LABONNE, Michel. Sur lê concept de filière en economie agro-alimentaire, 1985.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in Rural Development: Beyond exogenous and endogenous models. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.

MANCE, E. A. Consumo Solidário. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 44-49.

MAY, P. H.; MOTTA, R. S. Valorando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

METELLO, Daniela Gomes. Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico. Rio de Janeiro: 2007.

POULLET, D. Açaí: Estudo da Cadeia Produtiva. 1 ed. : IEPA-GEA, 1998;

ROGEZ, H. Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação. 1 ed. Belém-Pará: EDUFPA, 2000;

NOGUEIRA, O. L. et al. A Cultura do Açaí, Coleção Plantar, Série Vermelha fruteiras EMBRAPA-CPATU-SPI. Brasília DF: 1995;

NOGUEIRA, Oscar Lameira. Sistema de produção do Açaí. Embrapa Amazônia Oriental. Sistemas de Produção, 4 - 2ª Edição, Versão Eletrônica Dez./2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/paginas/intro.htm> Acesso em: 18 mar. 2011.

PAS (2006). Plano Amazônia Sustentável. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/pas_versao_consulta_com_os_mapas.pdf> Acesso em: 15 mar. 2011.

PASTORE JUNIOR, F.; BORGES, V. Produtos florestais não-madeireiros: processamento, coleta e comercialização. Brasília: ITTO/FUNATURA /UnB /IBAMA, 1998.

SHANLEY, P.; PIERCE, A.; LARIRD, S. Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005. 153 p.

SOUZA, L.A.G.; SILVA, M.F. Bioeconomical potential of Leguminosae from the Negro river, Amazon, Brasil. Proceedings of Conservación de biodiversidad em los Andes y la Amazonia. Inka, 2002, Cuzco, 2002, p. 529-538.

SRINIVAS, Smita; SUTZ, Judith. Developing countries and innovation: Searching for a new analytical approach. Technology in Society, vol. 30 (2008) p. 129–140.

YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience. Long Range Planning, Vol. 43, 2010, pg. 308 a 325.



ZYLBERSZTAJN, Décio. Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova economia das Instituições. Tese Livre Docente, São Paulo: USP, 1995. Disponível em:
<http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/616/Documentos/Tese_Livre_Doctoria_DZ.pdf> Acesso em: 02 mar. 2011.